SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 337, DE 2026

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da Conferência Parlamentar Global da UIP sobre Direitos Humanos - "Protegendo os direitos humanos em uma era de ruptura: A responsabilidade dos parlamentos", em Genebra, Suíça.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Página da matéria

SF/26559.51667-46 (LexEdit)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ciro Nogueira

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Genebra na Suíça, de 12/11/2026 a 13/11/2026, a fim de representar o Senado Federal na **Conferência Parlamentar Global da UIP sobre Direitos Humanos, "Protegendo os direitos humanos em uma era de ruptura: A responsabilidade dos parlamentos"**, conforme os seguintes documentos anexos: Convocação da União Interparlamentar, Programação geral da Conferência Parlamentar Global sobre Direitos Humanos e ofício de autorização do Presidente do Senado Federal.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 06/11/2026 a 13/11/2026, para desempenho desta missão.

JUSTIFICAÇÃO

A participação na Conferência Parlamentar Global sobre Direitos Humanos da União Interparlamentar representa oportunidade relevante para o aprofundamento da atuação parlamentar na promoção e proteção dos direitos humanos, especialmente por reunir parlamentares e especialistas de diferentes países para o intercâmbio de experiências e boas práticas.

SF/26559.51667-46 (LexEdit)

O evento também permitirá acompanhar debates sobre temas atuais, como inteligência artificial, direitos de crianças, migrantes e pessoas com deficiência, liberdade de expressão e fortalecimento das instituições democráticas, contribuindo para o aprimoramento da atuação legislativa e do exercício da função de fiscalização e representação parlamentar.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2026.

Senador Ciro Nogueira
(PP - PI)

Inter-Parliamentary Union
For democracy. For everyone.

Office of the Secretary General

T +41 22 919 41 50
F +41 22 919 41 60
E postbox@ipu.org
www.ipu.org

Chemin du Pommier 5
Case postale 330
1218 Le Grand-Saconnex
Geneva – Switzerland

SF/26559.51667-46 (LexEdit)

Genebra, 16 de setembro de 2026

Prezada Senhora
Presidente, Caro Senhor
Presidente,

Tenho o prazer de convidar seu Parlamento a participar da Conferência Parlamentar Global da UIP sobre Direitos Humanos, "*Protegendo os direitos humanos em uma era de ruptura: A responsabilidade dos parlamentos*", que ocorrerá em Genebra nos dias 12 e 13 de novembro de 2026. A Conferência foi anunciada pela primeira vez em julho por meio do despacho semanal das atividades da UIP aos Parlamentos Membros; esta carta destina-se a ser o convite formal ao seu Parlamento para participar.

A Conferência reunirá parlamentares de todo o mundo, ao lado de representantes das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos, academia e sociedade civil, em um momento em que as instituições de direitos humanos e democráticas enfrentam pressões crescentes. Ela focará em maneiras práticas pelas quais os parlamentos podem fortalecer a proteção e promoção dos direitos humanos por meio de suas funções legislativas, de supervisão e representativas.

Ao longo dos dois dias, os participantes trocarão experiências e boas práticas sobre engajamento parlamentar com o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, direitos humanos na era da inteligência artificial, liberdade de expressão, proteção dos parlamentares e direitos de crianças, migrantes e pessoas com deficiência. A conferência altamente interativa será concluída com a adoção de um chamado parlamentar de Genebra para a ação sobre direitos humanos, estabelecendo compromissos práticos para uma ação parlamentar mais forte.

Ficaria grato se seu Parlamento pudesse designar uma delegação de até três parlamentares, idealmente composta por mulheres e homens que estejam ativamente engajados no trabalho de direitos humanos dentro do Parlamento. A Conferência é especialmente destinada aos membros de comitês parlamentares que tratam de direitos humanos, justiça, igualdade de gênero, democracia e assuntos sociais.

O programa e a nota administrativa e logística para os participantes estão anexados. Os participantes são gentilmente solicitados a se registrar aqui até 31 de outubro de 2026. A interpretação simultânea será fornecida em inglês, francês, espanhol e árabe.

Espero muito que seu Parlamento esteja representado nesta importante reunião e que seus delegados contribuam ativamente para as trocas e para o chamado parlamentar de Genebra.

Atenciosamente,

Anda Filip
Secretário-Geral

SF/26559.51667-46 (LexEdit)

Inter-Parliamentary Union
For democracy. For everyone.

Conferência Parlamentar Global sobre Direitos Humanos

Protegendo os direitos humanos em uma era de ruptura: A responsabilidade dos parlamentos

12-13 de novembro de 2026, Genebra, Suíça

Local: Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
Endereço: Chemin des Crets 17 **|** 1209 Genebra **|** Suíça

Organizada pela União Interparlamentar

CONTEXTO

Em 2026, a União Interparlamentar (UIP) colocou os direitos humanos no centro de seu trabalho, reconhecendo a necessidade urgente de fortalecer a proteção das liberdades fundamentais e reforçar o papel das instituições democráticas.

Os parlamentos desempenham um papel central nesse esforço. Por meio de legislação, supervisão e debate público, os parlamentares ajudam a garantir que os compromissos com direitos humanos se traduzam em proteção real para as pessoas. Eles responsabilizam os governos, defendem o espaço democrático e dão voz àqueles cujos direitos estão mais em risco.

Para apoiar esse trabalho, a UIP está convocando uma conferência parlamentar global sobre direitos humanos em Genebra, reunindo parlamentares de todo o mundo que estão ativamente engajados no avanço e proteção dos direitos humanos. A conferência é destinada principalmente aos membros de comitês parlamentares que tratam de direitos humanos, justiça, igualdade de gênero, democracia e assuntos sociais.

Representantes do sistema das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos, academia e principais atores da sociedade civil também participarão, trazendo expertise prática, boas práticas e perspectivas diversas para as discussões.

A conferência reunirá vários aspectos importantes do trabalho da UIP em direitos humanos, incluindo o engajamento parlamentar com mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas, respostas parlamentares a desafios de direitos humanos ligados à inteligência artificial (IA) e iniciativas parlamentares voltadas para avançar os direitos de crianças, migrantes e pessoas com deficiência. Também abordará a proteção da liberdade de expressão e a necessidade de salvaguardar os direitos e a segurança dos próprios parlamentares.

A conferência foi projetada para ser altamente interativa. As sessões seguirão um formato no estilo Davos, incentivando trocas dinâmicas entre moderadores e painelistas, em vez de declarações formais e preparadas. Os participantes serão convidados a contribuir ativamente para as discussões, compartilhar experiências parlamentares e interagir diretamente com outros parlamentares e especialistas. Também serão convidados a trocar experiências práticas parlamentares e boas práticas de todo o mundo, com foco em iniciativas legislativas concretas, supervisão eficaz e engajamento parlamentar mais forte com os processos internacionais de direitos humanos.

A conferência será concluída com a adoção de um chamado parlamentar de Genebra à ação sobre direitos humanos, detalhando medidas práticas que os parlamentares podem tomar para fortalecer a proteção e promoção dos direitos humanos.

Será fornecida interpretação em inglês, francês, espanhol e árabe.

SF/26559.51667-46 (LexEdit)

PROGRAMA

Quinta-feira, 12 de novembro de 2026

08:00–09:00 **Registro de delegados**

09:00–09:15 **Observações iniciais**

A liderança da UIP lançará a conferência e enquadrará as discussões no ano prioritário de 2026 da sobre direitos humanos, enfatizando a necessidade urgente de uma liderança parlamentar forte na defesa das liberdades fundamentais e das instituições democráticas.

09:15–10:15 **Diálogo de alto nível: Defendendo os direitos humanos – o papel dos parlamentos hoje**

Esse diálogo de alto nível reunirá líderes parlamentares e representantes das Nações Unidas para refletir sobre as crescentes pressões enfrentadas pelas instituições de direitos humanos e democráticas em todo o mundo. A troca explorará por que a liderança parlamentar é particularmente importante neste momento e destacará maneiras práticas pelas quais os parlamentos podem responder às crescentes pressões sobre instituições democráticas e liberdades fundamentais.

Perguntas orientadoras para discussão:

- Que ação concreta a liderança parlamentar pode tomar quando os direitos humanos estão em risco?
- Qual estratégia parlamentar adotar diante de emergências de direitos humanos?

10:15–11:30 **Transformando compromissos internacionais em ação nacional: Parlamentos e o sistema de direitos humanos da ONU**

Mecanismos internacionais de direitos humanos, incluindo a revisão periódica universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e dos órgãos de tratados de direitos humanos das Nações Unidas, dependem da implementação eficaz de suas recomendações em nível nacional.

Esta sessão apresentará exemplos inspiradores de engajamento parlamentar concreto com a RPU e os órgãos de tratados de direitos humanos da ONU, incluindo participação parlamentar nos processos nacionais de relatórios, engajamento com o processo de revisão em Genebra, acompanhamento legislativo das recomendações e mecanismos para monitoramento parlamentar da implementação. Os participantes explorarão como os parlamentos podem desempenhar um papel mais forte na redução da lacuna entre compromissos internacionais e ações nacionais.

Perguntas orientadoras para discussão:

- Como os parlamentos podem se envolver sistematicamente nos processos da RPU e dos órgãos de tratados, incluindo a preparação de relatórios nacionais, participação na sessão de revisão em Genebra e acompanhamento nacional das recomendações?
- Quais mecanismos parlamentares têm se mostrado eficazes para monitorar a implementação das recomendações da RPU e do órgão do tratado?
- Como os parlamentos podem garantir que as recomendações internacionais de direitos humanos levem a mudanças legislativas ou de políticas?

11:30–11:45 *Pausa para o café*

11:45–13:15 **Direitos humanos na era da inteligência artificial: O papel dos parlamentos**

A inteligência artificial está transformando sociedades e sistemas de governança, trazendo tanto oportunidades quanto riscos para os direitos humanos, a democracia e o Estado de Direito.

Esta sessão se baseará na resolução adotada pela UIP em sua 149ª Assembleia (Genebra,

SF/26559.51667-46 (LexEdit)

outubro de 2024) intitulada *O impacto da inteligência artificial na democracia, direitos humanos e estado de direito*. Os participantes explorarão como os parlamentos podem desenvolver estruturas legislativas e mecanismos de supervisão para garantir que a IA seja desenvolvida e utilizada de maneiras que respeitem os direitos humanos e os valores democráticos.

Perguntas orientadoras para discussão:

• Quais são os riscos mais urgentes aos direitos humanos associados ao rápido desenvolvimento da IA e como os parlamentos devem responder?
• Como os parlamentos podem garantir transparência e responsabilidade no uso da IA pelos governos?
• Como os princípios estabelecidos na resolução da UIP sobre IA adotada em outubro de 2024 podem ser traduzidos em estruturas legislativas nacionais concretas?

13:15–14:45 *Intervalo para o almoço*

14:45–16:15 **Liberdade de expressão online e offline: O papel dos parlamentos**

A liberdade de expressão é um pilar das sociedades democráticas e um pré-requisito para uma participação política significativa.

Esta sessão explorará como os parlamentos podem fortalecer as proteções legais e institucionais para a liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios contemporâneos como desinformação, assédio online, restrições à liberdade de imprensa e o espaço cívico reduzido. A discussão se baseará em padrões internacionais sobre liberdade de expressão e destacará como os parlamentares podem garantir que a legislação que regula a expressão esteja em conformidade com esses padrões. Também destacará o curso online aberto e massivo da UIP sobre liberdade de expressão para parlamentares, que apoia os legisladores na compreensão de padrões internacionais e no desenvolvimento de respostas legislativas eficazes.

Perguntas orientadoras para discussão:

• Quais salvaguardas legislativas e institucionais são mais eficazes para proteger a liberdade de expressão, incluindo a liberdade da mídia e a liberdade de expressão online, garantindo ao mesmo tempo em que a responsabilidade pela liberdade de expressão não protegida pela lei dos direitos humanos?
• Como os parlamentos podem responder à desinformação e ao assédio online sem minar o debate democrático?
• Qual papel os parlamentares podem desempenhar na proteção do espaço cívico?

16:15–16:30 *Pausa para o café*

16:30–18:00 **Proteção dos parlamentares: Enfrentando a intimidação e a violência na política**

Para que a democracia funcione, os parlamentares devem poder cumprir seu mandato livre e com segurança. No entanto, em muitos países, membros do parlamento enfrentam intimidação, assédio, violência e outras violações de seus direitos.

Esta sessão terá como foco o trabalho do Comitê da UIP sobre Direitos Humanos dos Parlamentares, que examina casos de violações dos direitos humanos contra parlamentares ao redor do mundo, incluindo assédio judicial e violência.

A discussão também destacará as pesquisas e iniciativas da UIP que abordam a intimidação contra parlamentares por membros do público, bem como seu trabalho pioneiro sobre violência contra mulheres na política, incluindo violência contra mulheres parlamentares. A sessão também explorará como os parlamentos podem estabelecer mecanismos internos e salvaguardas legais para proteger os membros e responder a incidentes quando ocorrerem.

Perguntas orientadoras para discussão:

• Quais são as formas mais comuns de intimidação, assédio e violência enfrentadas pelos parlamentares atualmente?
• Como os parlamentos podem responder, inclusive por meio de proteções legais

e salvaguardas institucionais, quando membros do parlamento são alvo?
• Quais medidas são necessárias para enfrentar a violência contra as mulheres na política e a intimidação de parlamentares por parte do público?

Sexta-feira, 13 de novembro de 2026

09:00–10:30 **Direitos das crianças: Uma responsabilidade parlamentar**

Os parlamentos desempenham um papel decisivo em garantir que os direitos das crianças sejam protegidos por meio de legislação, supervisão e decisões orçamentárias.

Esta sessão destacará iniciativas parlamentares voltadas para o avanço dos direitos das crianças e o fortalecimento dos sistemas de proteção à criança. Também destacará a parceria oficial entre a UIP e o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que visa fortalecer o engajamento parlamentar na implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Perguntas orientadoras para discussão:

• Como os parlamentos podem garantir que os direitos das crianças sejam sistematicamente refletidos na legislação nacional e nas políticas públicas?
• Quais ferramentas parlamentares podem ajudar a monitorar o cumprimento do governo da Convenção sobre os Direitos da Criança?
• Como os parlamentos podem garantir que as perspectivas das crianças sejam levadas em conta na formulação de políticas?

10:30–10:45 *Pausa para o café*

10:45–12:15 **Migração e direitos humanos: O papel dos parlamentos**

A migração apresenta desafios humanitários e políticos complexos que exigem respostas fundamentadas nos direitos humanos.

Esta sessão ocorrerá no contexto do segundo Fórum Internacional de Revisão da Migração, a conferência global que revisa o progresso na implementação do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, que ocorrerá em maio de 2026.

Os participantes examinarão como os parlamentos podem promover políticas migratórias baseadas em direitos e fortalecer a supervisão da governança migratória com base nas boas práticas existentes.

Perguntas orientadoras para discussão:

• Como os parlamentos podem garantir que as políticas migratórias permaneçam alinhadas com os padrões de direitos humanos e compromissos internacionais?
• Qual papel os parlamentos devem desempenhar na supervisão da governança migratoria?
• Qual contribuição os parlamentos deram para a implementação do Pacto Global sobre Migração?
• Quais lições podem ser retiradas do Fórum Internacional de Revisão de Migração em 2026?

12:15–13:45 *Intervalo para o almoço*

13:45–15:15 **Democracias inclusivas: Avançando os direitos das pessoas com deficiência**

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) estabelece que as pessoas com deficiência têm direito ao pleno e igualitário gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo acessibilidade, vida independente, educação, emprego e proteção contra discriminação, exploração e violência.

Garantir a plena participação das pessoas com deficiência na vida política e pública, inclusive por meio da implementação da CDPD, é essencial para democracias inclusivas. Esta sessão se baseará no trabalho do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das

SF/26559.51667-46 (LexEdit)

SF/26559.51667-46 (LexEdit)

Pessoas com Deficiência e do Relator Especial da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, incluindo seu relatório mais recente que aborda as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no exercício de seus direitos na vida política.

A discussão também destacará o trabalho contínuo dentro da UIP, incluindo iniciativas em andamento no Comitê Permanente da UIP sobre Democracia e Direitos Humanos, voltadas a fortalecer a ação parlamentar para promover e proteger os direitos das pessoas com deficiência. Os participantes também discutirão como as próprias instituições parlamentares podem se tornar mais acessíveis às pessoas com deficiência.

Perguntas orientadoras para discussão:

• Como os parlamentos, por meio de suas funções legislativas, orçamentárias e de supervisão, podem ajudar a garantir que pessoas com deficiência tenham direito à acessibilidade, educação, emprego e proteção contra discriminação?
• Quais barreiras legislativas e institucionais ainda impedem pessoas com deficiência de participar plenamente da vida política e pública?
• Como os parlamentos podem fortalecer a implementação do CRPD?
• Quais medidas os parlamentos podem tomar para tornar as próprias instituições parlamentares mais acessíveis e inclusivas?

15:15–15:30 *Pausa para o café*

15:30–16:00 **Adoção do chamado parlamentar de Genebra para a ação em direitos humanos**

Os participantes considerarão e adotarão um documento final da conferência – na forma de um Chamado à Ação – que delineará os principais compromissos dos parlamentares para fortalecer a proteção e promoção dos direitos humanos em níveis nacional e internacional.

16:00–17:15 **Compromissos parlamentares: O caminho a seguir**

Este segmento final refletirá sobre as principais mensagens que emergem da conferência e destacará os próximos passos práticos para o engajamento parlamentar no contexto da Tema prioritário da UIP para 2026 sobre direitos humanos. Parlamentares compartilharão breves reflexões sobre como, com a ajuda da UIP, os compromissos contidos no chamado parlamentar de Genebra podem ser traduzidos em iniciativas parlamentares concretas e mantidos além da conferência.

SF/26559.51667-46 (LexEdit)

SF/26559.51667-46 (LexEdit)

SENADO FEDERAL
Presidência

Ofício nº 0507.2026-PRESID

Brasília, 23 de SETEMBRO de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Ciro Nogueira**
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.
Ref.: Documento nº 00100.184336/2026-35.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens aéreas, diárias e seguro-viagem, na Conferência Parlamentar Global da União Interparlamentar sobre Direitos Humanos, "Protegendo os direitos humanos em uma era de ruptura: A responsabilidade dos parlamentos", a ser realizada em Genebra, na Suíça, nos dias **12 e 13 de novembro de 2026**, nos termos do Ofício n° 030/2026 e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador ***Davi Alcolumbre***
Presidente do Senado Federal